2. Definindo "Escritos de vida"

Itamar Freitas
Margarida Maria Dias de Oliveira

Não temos como evitar a tarefa definir as coisas ou de dizer o que elas são. Por isso, neste capítulo, propomos que vocês admitam de imediato a escolha de um critério ou de um grupo de critérios como tarefas básicas para a definição de "escritos de vida" e dos seus gêneros textuais constitutivos mais frequentes: biografia, autobiografia e memória (Lee, 2009, p.102).

Os parâmetros escolhidos para defini-los, por sua vez, são irremediavelmente deflagradores de controvérsias sobre o "certo" o "conveniente" ou o "verdadeiro" significado de "biografia", "autobiografia" e "história de vida" em situação de ensino-aprendizagem. Também por essa razão por fim, propomos que vocês reflitam sobre as diferentes possibilidades de definição, as implicações de cada uma delas na sua prática docente e, ao final, sugerimos que adotem uma posição, afirmando, por exemplo: "Na minha biografia (autobiografia ou memória), vida humana significa ... e é constituída por meio de..."

2.1. As razões para escrevermos histórias de vida

São três os critérios usuais empregados por historiadores para definir as categorias históricas como as designadas com a expressão "escrito de vida": 1. o objeto (a natureza da coisa estudada); 2. a autoria (a natureza do sujeito-estudioso da coisa); 3. o método (os procedimentos de representação e as regras de validação dos resultados da observação da coisa estudada).

Trataremos de cada um deles no próximo tópico. Mas é importante compreendermos de imediato que eles podem ser usados de modo combinado ou isolado e, ainda, repetimos, que usados autônoma ou isoladamente eles são passíveis de abertura de uma ou outra divergência.

O que gera pouca divergência entre os autores são os propósitos de quem se empenha em produzir escritos de vida. Aqui, independentemente das ideias de objeto, autoria e método, autobiógrafos, biógrafos e memorialistas (autodesignados e/ou reconhecidos ou não como historiadores) buscam cumprir elementos contidos em um mesmo rol de propósitos que podem ultrapassar duas dezenas, incluindo respostas à culpa, ao ódio, ou mesmo a "vontade", "pulsão" do simples prazer em narrar.

1. conhecer melhor determinado tempo e lugar
2. dar a conhecer a si próprio como se vê ou gostaria de ser visto
3. dar a conhecer o outro sobre si,
4. conceder o direito de existência a uma pessoa comum
5. fixar personagens excepcionais
6. humanizar personagens excepcionais
7. fixar a si próprio como figura excepcional
8. provocar admiração e transmitir valor
9. provocar estranheza
10. entreter
11. rememorar um trauma
12. experimentar uma catarse (individual ou grupal)

13. dar sentido à própria vida
14. construir sua identidade retrospectivamente ou do agora em diante
15. resistir às identidades que lhes são impostas pelos outros
16. prestar contas profissional e socialmente
17. justificar atos e omissões
18. confessar (pedir perdão)
19. preparar sua defesa
20. acusar alguém
21. criticar algo ou alguém
22. esclarecer acontecimentos e circunstâncias
23. fazer autocrítica
24. criar um testemunho (prova judicial)
25. denunciar e/ou enfrentar um trauma (terapia/cura)

(Artières, 1998, p.13-15, .31-32; Ribeiro, 1998 p.35-36; Calligaris, 1998, p.43-44; Lee, 2009, p.51-52; Arfuch, 2013, 48-57; p.76-83; p.88-90, p.108-109).

2.2. As definições pelo objeto

Quando os especialistas empregam o objeto como critério, a definição dos termos é balizada pela coisa assemelhada a um corpo vivo. Assim, são biografias, autobiografias e histórias de vida todos os textos que historiam coisas que nascem, crescem e morrem, pensam agem e sentem. Por isso, para alguns historiadores, não faz sentido incluir no gênero histórico os livros cujos títulos anunciam "biografia de uma cidade", "biografia de um rio" ou "biografia de um partido político". (Han; Renders, 2014).

Esse critério, contudo, é contestável quando os especialistas consideram outros gêneros de escritos de vida, como biografias e autobiografias resultantes de experimentos híbridos (factuais/ficcionais), ficcionais ou mesmo experimentos inclassificáveis. Quem age dessa maneira põem em xeque tanto as fronteiras entre narrativa factual e a narrativa ficcional (a auto/biografia) como os limites entre o objeto da biografia e o objeto da autobiografia. Assim, entre os objetos de escrita de vida, por exemplo, são aceitos para exame os textos sobre a vida de animais domésticos e de personagens de existência limitada à mente de romancistas e dos seus leitores. (Novak, 2017).

Em geral, o objeto vida é dominante. Ele aparece em forma de "Eu" e "Outro(s)".O ato de historicizar vidas de pessoas, individualmente, está relacionado à emergência do individualismo nas sociedades ocidentais do século XVIII. Há escritos sobre a vida de indivíduos na antiguidade clássica e no medievo, mas eles são exemplares relacionáveis às "filosofias alexandrinas e ao cristianismo. Ambas inventam e promovem a primazia do indivíduo autônomo sobre a comunidade, seja pela invenção de técnicas e éticas do self, seja (no caso do cristianismo) por relacionar os humanos com Deus um a um, como indivíduos, e não mais como membros de povos eleitos" (Calligaris, 1998, p.47).

Contudo, mesmo para esta solução, aparentemente consensual, a controvérsia se instaura. O que é um indivíduo humano, afinal? Não vamos aprofundar essa discussão. Mas é importante que vocês considerem refletir sobre o que vocês pensam ser o indivíduo e, se possível, circunscrever suas posições em referências teóricos conhecidos

no interior da Universidade. Nesse caso, é oportuna a orientação de Hermione Lee (2009, p.50):

> Não é necessário que um biógrafo tenha uma teoria ou um conjunto de regras gerais sobre identidade – na verdade, isso pode ser até uma desvantagem. Os biógrafos que sucumbem à tentação ocupacional de usar seus temas como base para generalizações sobre o comportamento humano podem parecer pesados. Biografias que aplicam uma teoria específica do comportamento humano – derivada de Freud, ou Bentham, ou Marx, ou Sartre – para contar uma história de vida, podem, retrospectivamente, parecer limitadas ou simplificadoras. Mas ao escrever uma história de vida, alguma ideia de como os seres humanos funcionam e em que consiste a identidade está fadada a emergir, embora na maioria das vezes de forma não sistemática ou não examinada.

Nos textos desses e de tantos outros que refletiram sobre essências e existências na construção humana, vamos nos deparar com questões intransponíveis ao que querem escrever vidas: a identidade individual (aqui, tomada com o mesmo significado de subjetividade) preexiste ao escrito de vida que a representa? A identidade individual emerge somente a pós a construção do escrito de vida? A constituição da identidade individual é simultânea à redação do escrito de vida? Quem mais condiciona a construção da nossa subjetividade, nós mesmos, nossa comunidade, Deus, o Capital ou a Linguagem?

A definição pela autoria

Quando os especialistas empregam o segundo critério, a autoria, a definição dos escritos de vida (biografia, autobiografia, memória etc.) é balizada pela direção do ato (e/ou a posição do) observador da realidade. Se um autor escreve a vida que não é a sua, produz biografia. Se o autor escreve a sua própria vida, produz autobiografia. São essas as definições predominantes nos dicionários, sobretudo, etimológicos. A autobiografia, por exemplo, é "a vida de um indivíduo contada por ele mesmo" ou "qualquer texto onde o autor pareça expressar sua vida ou seus sentimentos". (Lee, 2009, p.41; Rivera, 2020, p.31) Se, por outro lado, escreve a própria vida, dominantemente focada em um evento (externo), na vida de outras pessoas, na vida de grupos de pessoas ou em determinado período (época), ele produz memória. (Calligaris, 1998, p.46; Cline; Angier, 2010).

A divergência é aberta quando alguém questiona a clássica separação sujeito da observação (autoria) / objeto da observação (personagem), como naqueles casos em que um autor escreve a vida de outra pessoa, mas inclui deliberadamente a sua vida nessa história que originariamente não é a sua. Em tal situação, o autor produz uma auto-biografia (com hífen), que é diferente de autobiografia (sem hífen). A composição dos termos "auto" e "biografia" revela essa crítica pois admite que em toda a biografia há elementos objetivos da vida do biógrafo inclusos e, nas décadas recentes, inclusos deliberadamente por quem a escreve (Caine, 2010, p.67-68).

Há também divergência quando alguém escreve sua biografia, fingindo ser outra pessoa – o marido passando-se pela esposa ou quando várias pessoas escrevem a vida de uma única pessoa em textos separados, publicados no mesmo livro (Lee, 2009, p.41)

A definição pelo método

A referência à auto-biografia (com hífen) nos leva ao terceiro critério de definição das histórias de vida mais controverso e menos usual que é o método. Por este critério a distinção é construída em bloco: biografias, autobiografias, histórias de vida, memórias e auto/biografias (somente para mencionar os gêneros tratados até aqui) ou são produtos da Ciência da História ou não são produtos da Ciência da História.

Essa identidade histórica disputada vai depender da noção de epistemologia histórica professada. Quem pratica história de vida mediante o efetivo uso de regras de validação que correspondem genericamente à epistemologia histórica hermenêutica de autores (a exemplo de J. G. Droysen, C. Seignobos e R. G. Collingwood) vai considerar como biografia apenas os escritos de vida resultantes do trabalho de heurística, crítica, interpretação e narração. Dessa forma, não poderiam ser designados (definidos) biografia e autobiografia, por exemplo, os textos de "escrito de vida" que desprezam o contexto, assumindo os depoimentos pessoais como verdadeiros em si mesmos. Escritos de vida, insertos em diários, cartas etc. seriam apenas fontes históricas produzidas pelo biografado. (Han; Renders, 2014, p.2-3).

Esse mesmo critério (o do método histórico) é contestado pelos especialistas que criticam a separação sujeito/objeto e reconhecem como escrita histórica (e não, apenas, fonte histórica) todas as iniciativas de dão visibilidade e representatividade aos sujeitos excluídos da historiografia clássica ao longo do tempo. Nesse caso, são escritos de vida e escritos de História todas as representações biográficas e autobiográficas, mesmo que tenham saltado ou omitido alguma das operações quase canônicas que definem historiadores por formação (heurística, crítica, interpretação, narração).

É importante registrar que neste livro comentamos apenas critérios relacionados ao ser/não ser ciência histórica. Para uma compreensão ampliada dos critérios vocês devem considerar as limitações estabelecidas entre os gêneros textuais isolados, ou seja, tomados em suas designações de autobiografia, biografia e memória. Na literatura que consultamos, são poucas as passagens que admitem definir gêneros de escritos de vida a partir do meio ou do método empregado para cumprir propósitos de produzir biografia, autobiografia e/ou memória isoladamente. Vale citar, por exemplo, os métodos configurados em proposições de princípios centrados no "ato biográfico" (Gusdorf) e no "pacto biográfico" (Le leune), para definir autobiografia, e centrados em padrões de comportamento e/ou ciclos de vida, extraídos de teorias sobre o indivíduo, designados como método psicanalítico e método existencialista, para a definir biografias.

Referências

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografia.* Exploraciones em los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

ARTIÈRES, Philippe. Escrita de si/escrita da História. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.21, p.10-34, 1998.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.21, p.43-58, 1998.

LEE, Hermione. *Biography*: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou ... *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.21, p.35-42, 1998.

RIVERA, Edgar Velásquez. *Aspectos teóricos de la autobiografía.* Popayán: Ediciones Antropos, 2020.